

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO.....	19
1 BREVE HISTÓRICO DA ATIVIDADE SUCROENERGÉTICA NO BRASIL.....	21
2 TRABALHO RURAL EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO	33
2.1 Breve histórico da escravidão no Brasil	33
2.2 A evolução do Código Penal Brasileiro sobre o crime de redução à condição análoga à de escravo.....	37
2.3 O trabalho escravo e os instrumentos internacionais.....	39
2.4 Conceito de trabalho em condição análoga à de escravo e trabalho degradante	41
2.5 Jurisprudência sobre o trabalho em condição análoga à de escravo	46
2.6 Histórico das Portarias e Instruções do MTE sobre o cadastro de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas às de escravo (“lista suja”)	48
2.7 Consequências para o empresário decorrentes da constatação de trabalho em condições análogas às de escravo.....	54
2.8 Possíveis irregularidades nos procedimentos da fiscalização do trabalho que levam à inclusão do empregador na “lista suja”.....	57
2.8.1 “Relatório oculto” elaborado pelos auditores fiscais do trabalho.....	58
2.8.2 Publicidade antecipada dos procedimentos fiscalizatórios por parte dos auditores do trabalho.....	59
2.8.3 Interdição do estabelecimento empresarial ou da atividade econômica.....	63
2.8.4 Rescisão indireta do contrato de trabalho e expedição da guia de seguro-desemprego do “trabalhador resgatado”.....	64
2.8.5 Cerceamento do direito de defesa na esfera administrativa.....	65
2.9 Conclusões e sugestões	68
3 COTAS DE DEFICIENTE NO SETOR SUCROENERGÉTICO.....	73
3.1 Evolução histórica da inclusão social.....	73
3.2 Terminologia das pessoas com deficiência.....	75
3.3 As normas internas sobre as pessoas com deficiência.....	76
3.4 Autos de infração lavrados pelos auditores-fiscais do MTE por descumprimento da cota de deficientes	79

3.5	Características das empresas do setor sucroenergético que dificultam o cumprimento da cota de deficientes.....	80
3.6	Da necessidade de interpretar a legislação interna em consonância com a convenção da ONU sobre direitos da pessoa com deficiência.....	81
3.7	Conclusões e sugestões.....	95
4	RESERVA FLORESTAL LEGAL: COTAS COMO UMA POSSÍVEL ALTERNATIVA	97
4.1	Considerações iniciais	97
4.2	Breve histórico das legislações federais envolvendo a reserva florestal legal ...	99
4.3	Cotas florestais/ambientais (CRF/CRA) como uma possível alternativa para o Estado de São Paulo	103
4.4	Conclusões e sugestões.....	114
5	QUEIMADA DA CANA-DE-AÇÚCAR E SUA ERRADICAÇÃO	117
5.1	Considerações iniciais	117
5.2	Breve histórico das legislações relacionadas à queimada da cana-de-açúcar ...	118
5.3	Decisão do TJSP afastando a inconstitucionalidade da lei do município de Limeira, que proibiu de imediato a queimada da cana-de-açúcar	124
5.4	Consequências econômicas e sociais da erradicação imediata das queimadas nos canaviais do Estado de São Paulo	126
5.5	Da necessidade de redução dos prazos da Lei Estadual 11.241/02.....	131
5.6	Conclusão.....	136
6	IRRIGAÇÃO DOS CANAVIAIS COM VINHAÇA	137
6.1	Vinhaça	137
6.2	Destinação da vinhaça	138
6.3	Regulação do uso da vinhaça.....	139
6.4	Penalidades impostas pelo uso indevido da vinhaça.....	142
6.5	Conclusões e sugestões.....	143
7	REGULAÇÃO DO MERCADO DE ETANOL	145
7.1	Breve histórico do mercado de etanol no Brasil e de sua regulação	145
7.2	Da produção ao mercado de etanol.....	153
7.3	Experiências anteriores na regulação do mercado de etanol.....	155
7.4	O etanol como mercado relevante	156
7.5	O papel da ANP no mercado de etanol.....	160
7.6	A Petrobras e o mercado de etanol	161
7.7	A Lei 12.490/11 e a nova regulação do mercado de etanol e da atividade da indústria de biocombustíveis.....	165
7.8	Conclusões	170
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
	REFERÊNCIAS	179
	ANEXOS	191
	ÍNDICE ALFABÉTICO	227